

Notícias e informações

Resumos das dissertações e teses defendidas no 1º semestre de 2018
no âmbito dos Programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado)
em Teoria do Estado e Direito Constitucional do
Departamento de Direito da PUC-Rio

Aluna: Mariana Silveira Sacramento (**Mestrado**)

Título: O dono da história: análise da ADI 4815 à luz dos direitos existenciais dos biografados

Data da Defesa: 16/03/2018

Banca: Maria Celina Bodin de Mores (Orientadora), Anderson Schreiber, Pedro Marcos Nunes Barbosa e Thamis .

Resumo: O Supremo Tribunal Federal decidiu, na ADI nº 4815, que a publicação de biografias poderia ocorrer independentemente da autorização das pessoas retratadas, sob a alegação de que o direito à liberdade de expressão teria uma posição preferencial face aos direitos existenciais em risco, tais como a honra, a imagem e a privacidade, mesmo reconhecendo a existência e importância de tais direitos que, para o STF, só poderiam ser reclamados, via responsabilidade civil, depois da publicação. No entanto, como se demonstrará, a cláusula geral de tutela da pessoa humana, que engloba os direitos existenciais mencionados, e se externa a partir do princípio da dignidade da pessoa humana, não pode estar em posição inferior ao direito à liberdade de expressão, principalmente em razão de o princípio ter sido considerado, pelo constituinte de 1988, como um dos fundamentos da República. Deste modo, os direitos existenciais devem ser observados em compatibilidade com a relevância que o princípio da dignidade da pessoa humana ocupa na Constituição da República. Em consequência, ao biografado deve ser dada a possibilidade e a oportunidade de preservar seus direitos subjetivos existenciais, em especial as informações de caráter íntimo que, se reveladas, causarão constrangimento e eventual discriminação. Desta forma, o direito à privacidade como autodeterminação informativa permite que o biografado deva ter o controle sobre as informações que estão sendo recolhidas e que serão disponibilizadas aos leitores e esse controle só será possível se biografado for comunicado previamente a publicação da história de sua vida. Assim ele poderá acessar o Poder Judiciário e evitar que uma ameaça de lesão se torne uma efetiva lesão à sua dignidade.

Aluna: Clarissa Ribeiro Vicente (**Mestrado**)

Título: Do individualismo à individuação: um olhar não patriarcal sobre a constituição do sujeito em Winnicott

Data da Defesa: 02/04/2018

Banca: Carlos Alberto Plastino (Orientador), Bethânia de Albuquerque Assy e Nahman Armony.

Resumo: O presente trabalho enquadra-se na linha de pesquisa “Teoria do Direito, Ética e Construção da Subjetividade” e tem por objetivo refletir acerca de uma abordagem não patriarcal da construção da subjetividade a partir da obra do psicanalista inglês Donald W. Winnicott. Para tanto, aponta-se a perspectiva patriarcal da constituição do sujeito que estaria presente no trabalho teórico de Freud, apesar de suas descobertas não patriarcais na experiência clínica psicanalítica, e as modificações matriciais que a teoria do desenvolvimento emocional primitivo winnicottiana trouxe. Mobiliza-se o conceito de patriarcado de Maturana e de Verden-Zoller como um espaço psíquico no qual o conflito, as hierarquias, a dominação da natureza e a regulação do humano antissocial são valorizados. De modo diverso, o espaço psíquico matricial valoriza a harmonia, a empatia, a colaboração e a alteridade, encontrando-se na relação materno-infantil. Desenvolve-se o objetivo proposto a partir da diferença na relação indivíduo/sociedade na obra de Freud e na de Winnicott, o que se reflete no modo diverso como percebem a ambivalência, a agressividade, o sentimento de culpa, a formação do superego, a ética e a relação do sujeito com objetos externos. Por fim, propõe-se o conceito winnicottiano de democracia enquanto um conjunto de subjetividades maduras como uma forma de levar o viver matrístico da relação materno-infantil para a vida adulta e para vínculos mais amplos (família, escola e sociedade).

Aluno: Reinaldo Silva Cintra (**Mestrado**)

Título: A Ponte redescoberta: Conciliação, longa duração e tradição na Formação Política brasileira

Data da Defesa: 05/04/2018

Orientador: Adriano Pilatti (Orientador), Gisele Guimarães Cittadino e Renato de Andrade Lessa.

Resumo: A história política brasileira é marcada pela reiteração da figura da conciliação como ferramenta da ação e do pensamento políticos, apondo para a existência de importantes linhas de continuidade, subjacentes a tal conceito, as quais somente podem ser corretamente desveladas a partir de uma perspectiva de longa duração. Entretanto, a definição exata do que seja conciliação no Brasil ainda parece envolta em dúvidas e mistificações, transitando entre significados de natureza cultural, relacionados à composição social brasileira; de natureza psicológica, ligados a um suposto caráter nacional do brasileiro; de natureza ideológica, seja com relação à luta de classes ou à identidade nacional; até significados efetivamente político-econômicos, ligados à necessidade de integração da ordem política, à estratificação da sociedade e à divisão de poder entre suas diferentes classes. A presente pesquisa se propõe a, primeiramente, buscar uma conceitualização eminentemente política da conciliação, a partir do debate com as diversas aproximações teóricas existentes. A partir daí, através da análise bibliográfica de autores que efetivamente interpretaram a conciliação como um operador político, busca-se identificar quais os macroprocessos políticos revelados por tal ferramenta analítica, e quais os potenciais e limitações que revelam para a democratização social e política brasileira.

Aluna: Marcela de Azevedo Limeira (**Mestrado**)

Título: Liberdade de consciência religiosa e direito à não discriminação LGBT: uma análise de direitos em conflito

Data da Defesa: 05/04/2018

Banca: Florian Fabian Hoffmann (Orientador), Fabio Carvalho Leite, Iliê Antonio Pele, Jane Reis Gonçalves Pereira.

Resumo: Existe um conflito de direitos entre homossexuais e indivíduos que seguem religiões que pregam que a homossexualidade é contrária às leis divinas e que o casamento é uma união sagrada entre um homem e uma mulher. Esse conflito foi potencializado a partir da legalização do casamento homoafetivo. Por um lado, indivíduos homossexuais têm o direito à igualdade, o que significa que não devem ser discriminados por causa de sua orientação sexual; por outro lado, indivíduos religiosos têm a liberdade de crer em determinada religião e adotar condutas que estejam de acordo com suas crenças. Dentre as situações que podem gerar conflito, três são analisadas neste trabalho: a recusa de um indivíduo religioso a celebrar ou contribuir para uma cerimônia de casamento homoafetivo, com base na perspectiva religiosa sobre o conceito de casamento; a recusa por parte de um psicólogo a atender um paciente homossexual ou casal homoafetivo, sob o fundamento de que suas crenças religiosas o impedem de manifestar aprovação em relação à homossexualidade ou auxiliar uma união homoafetiva durante o atendimento; a recusa religiosamente motivada a fornecer produtos que manifestam apoio ao casamento homoafetivo ou alguma causa LGBT. Além do estudo de doutrina estrangeira sobre o tema, são examinadas dez decisões judiciais referentes a casos concretos ocorridos nos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, com o objetivo de auxiliar na elucidação de parâmetros claros para a melhor resolução da controvérsia em questão, ante a razoável expectativa de que, em breve, conflitos semelhantes surgirão no Brasil.

Aluna: Daniela Marques de C. de Oliveira (**Mestrado**)

Título: Reflexões sobre a “ecologização” do sistema jurídico à luz da epistemologia da complexidade

Data da Defesa: 06/04/2018

Banca: Danielle de Andrade Moreira (Orientadora), Rosangela Lunardelli, Ronaldo do Livramento Coutinho

Resumo: Pretende-se propor um paradigma ecológico alternativo ao paradigma da modernidade que, estruturado sob uma racionalidade instrumental, produziu um conhecimento mecanicista e fragmentado, a partir de

um pensamento disjuntor e reducionista, baseado na concepção da natureza como ser inanimado e pronto para a dominação do homem. Tal visão de mundo, validada pela ciência, legitimou o uso insustentável dos recursos naturais e a ideia mitológica de progresso ilimitado, responsáveis pela deflagração, no século XX, de grave crise ambiental, que produziu sérias injustiças socioambientais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como no próprio âmbito interno das nações. Embora tenha sido atribuído ao meio ambiente uma perspectiva integrada da relação homem-natureza, com a conscientização ambiental iniciada na década de 1970 e consolidada com a constitucionalização brasileira do Direito Ambiental, ocorrida em 1988 – que abraçou um olhar antropocêntrico alargado –, a estrutura jurídica como um todo ainda se revela fundamentalmente arraigada na doutrina positivista, amparada no pensamento simplificador, possuindo como fundamentos a certeza, a previsibilidade, a segurança e a ordem. Sucede que o Direito Ambiental se baseia em aspectos como incerteza, imprevisibilidade, insegurança e desordem e, por isso, não consegue dialogar com o sistema jurídico em si, que valoriza aspectos opostos àqueles concernentes ao meio ambiente e à sua tutela. Além de promover a baixa efetividade do Direito Ambiental, a disparidade mencionada induz e legitima movimentos de retrocesso ambiental, haja vista que a legislação ambiental, embora contenha em si elementos finalísticos de tutela ao meio ambiente, é de difícil implementação na prática, caracterizando, assim, a função simbólica do direito ambiental. É preciso, pois, romper com o paradigma moderno em favor do paradigma da complexidade, “ecologizando” todo o sistema jurídico, de modo a transformar a racionalidade dominante em uma racionalidade ambiental, por meio da inserção de regras, princípios e valores que modifiquem as mentalidades e ideologias das instituições, governos, estabelecimentos de ensino e paradigmas de conhecimento, com o intuito de construir um futuro sustentável, equitativo, plural e democrático.

Aluno: Bernardo Carvalho de Mello (Mestrado)

Título: Princípio *nemo tenetur se detegere*: vedação a autoincriminação e direito ao silêncio na ordem processual penal constitucional

Data da Defesa: 09/04/2018

Banca: João Ricardo Wanderley Dornelles (Orientador), Pedro Cláudio Cunca Brando Bocayuva Cunha, Victoria Amália de Barros Carvalho Gozdawa de Sulocki.

Resumo: O princípio *nemo tenetur se detegere*, em seu duplo aspecto vedação à autoincriminação e direito ao silêncio, é uma conquista civilizatória das sociedades democráticas. A importância do princípio, muitas vezes não explicitada nas discussões sobre a constitucionalidade dos institutos e leis, é de tamanha monta que, conjuntamente com o princípio da presunção de inocência, forma a base axiológica de todo o sistema processual penal democrático. Contudo, o poder Estatal, diante do apelo popular e em resposta aos altos índices de criminalidade e episódios notórios de corrupção no Brasil tem, nos últimos tempos, a partir de uma continuidade cronológica de legislações, relativizado ou erodido os sustentáculos do princípio *nemo tenetur se detegere*. Tal postura Estatal consubstancia o que na criminologia se denomina de “direito penal do inimigo”, que servirá de substrato teórico para explicar o porquê do fenômeno de hipercriminalização e recrudescimento Estatal. A pesquisa visa, portanto, reafirmar o valor do *nemo tenetur se detegere*, acentuando os casos em que está a sofrer ataques e oferecer, a partir de pesquisa doutrinária e da análise jurisprudencial nacional e estrangeira, possíveis salvaguardas ao princípio com vistas a garantir que o processo penal brasileiro continue a respeitar os direitos individuais inerentes a uma ordem constitucional de fato e não meramente de direito.

Aluna: Luana Couto Campos (Mestrado)

Título: Margens: entre o Humano e o Animal

Data da Defesa: 09/04/2018

Banca: Florian Fabian Hoffmann (Orientador), Bethânia de Albuquerque Assy, Roberto Vilchez Yamato, Rafael Haddock Lobo

Resumo: Essa pesquisa aborda a produção dos espaços do Humano e do Animal. O objetivo é percebê-los como zonas de regulação e distribuição de corpos, operadas, especialmente, a partir da noção de sujeito. No primeiro capítulo, busca-se pela desnaturalização desses espaços desde uma refle-

xão acerca de suas referências mais incorpóreas. Questiona-se os discursos que operam por meio da oposição entre ambos, recorrendo-se, para isso, a uma dimensão biológica fechada em si mesma, à qual se comunica uma subjetividade consciente. O segundo capítulo fará uma retomada dessas questões, ampliando-as através de uma abordagem sobre o corpóreo; uma vez delineado por diferentes modos de afecção (corpóreos e incorpóreos), reputa-se o corpo a um terreno de inconstância e transitoriedade. Toda essa reflexão é conduzida pelo referencial filosófico de Jacques Derrida, sobretudo em razão da filosofia da diferença que seu pensamento anuncia. Em Derrida, a diferença é notada como um movimento e não um atributo em si. Nesse ponto, os debates da ética animal e do direito dos animais são confrontados, porquanto perpetuam subjetividades que remontam à identidade biológica do Humano. Por fim, o terceiro capítulo apresenta um deslocamento à oposição Humano-Animal a partir da noção de máquina, de uma subjetividade maquínica atravessada, tanto pela constituição de esferas homogeneizadas entre si – o Humano e o Animal, quanto pela sua desestabilização, o que é possibilitado pela hibridização solicitada em meio a fluxos de diferença. É quando se dá a passagem de uma análise de cunho mais epistemológico, para outro com uma feição mais política

Aluna: Isabella Zalcborg Frajhof (**Mestrado**)

Título: O “Direito ao Esquecimento” na internet: conceito, aplicação e controvérsias

Data da Defesa: 12/04/2018

Banca: Fabio Carvalho Leite (Orientador), Caitlin Sampaio Mulholland e Sergio Vieira Branco Júnior.

Resumo: O “direito ao esquecimento” não é algo que surge com o advento da internet. No entanto, o crescente número de usuários que acessam a rede, além do desenvolvimento de novas tecnologias, potencializaram a disseminação do seu conceito. Alguns fatos chamaram a atenção para este tema, especialmente a nova regulamentação de proteção de dados pessoais da União Europeia, e o caso Google Spain e Inc. vs. AEPD e Mario Costeja González, julgado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), que

representou uma mudança na interpretação da extensão da responsabilidade dos provedores de pesquisa da internet. Diante das diversas controvérsias que surgem com o tema, principalmente a partir da decisão do TJUE, o presente trabalho enfrentará os desafios do “direito ao esquecimento”, desde a origem do seu conceito até a sua aplicação no contexto da internet, problematizando o que de fato consiste ser este direito, os fundamentos que os justificam e as obrigações que dele decorrem. Ainda, vão ser analisados casos sobre o “direito ao esquecimento” que foram julgados na Argentina, Colômbia e Peru, tendo como intuito identificar como que a questão está sendo apreciada no âmbito da América Latina. Serão investigadas as jurisprudências do STJ, STF e de seis Tribunais de Justiça Estaduais (TJRJ, TJSP, TJDFT, TJPR, TJPB, TJAM) sobre o assunto, além dos projetos de lei nacionais que tentam regulamentar o “direito ao esquecimento”, para que se possa colocar em perspectiva o atual cenário brasileiro sobre o tema. Ao final, será explorada a seguinte hipótese: será que é necessário invocar a existência de um “direito ao esquecimento” no Brasil, ou já é possível tutelar as pretensões que se utilizam de tal rótulo com direitos já previstos pelo ordenamento jurídico?

Aluna: Ana Paula Bodin Gonçalves Agra (**Doutorado**)

Título: A lei e o cuidado na constituição do sujeito e do laço social

Data da Defesa: 13/04/2017

Banca: Carlos Alberto Plastino (Orientador), Gisele Guimarães Cittadino e Marisa Schargel Maia.

Resumo: O presente trabalho integra a linha de pesquisa Teoria do Direito, Ética e Construção da Subjetividade e pretende desenvolver a relação subjetividade e laço social nas instituições família e escola a partir de um recorte da teoria psicanalítica. O objetivo é analisar, através de Freud e Winnicott, as diferentes concepções antropológicas e de constituição da subjetividade construídas por esses autores e delinear as possibilidades de laço social, ou seja, de se conectar e de empatizar com o outro, e as possíveis consequências éticas ao se adotar uma ou outra concepção. O que se busca como pano de fundo é colocar em evidência a mudança de paradig-

ma entre os pensamentos de Freud e Winnicott, alternando a perspectiva de análise centralizada na concepção de sujeito pulsional individual, de Freud, para o aspecto relacional do ambiente e das instituições constituidoras de subjetividades, de Winnicott. Os delineamentos deste trabalho se fundamentam em quatro problematizações: (i) a concepção de sujeito em Freud conduz à necessidade de uma autoridade interna, o superego, e externa, o Estado, para controlar as pulsões, evidenciando, assim, a ética da lei; (ii) a concepção de sujeito em Winnicott parte de uma concepção relacional do sujeito, enfatizando o papel do ambiente neste processo e circunscrevendo a ética do cuidado; (iii) o laço social parte da indissociabilidade entre a subjetividade e o social, percebendo-os como fenômenos interligados e reconhecendo que, por um lado, o ambiente social age e produz subjetividades e, por outro, as premissas utilizadas na concepção do sujeito influenciam diretamente as instituições e a forma de interação e de reciprocidade dos sujeitos entre si e (iv) as instituições socializadoras, como a escola e a família, ao assumirem uma postura baseada na ética do cuidado, acolhem as singularidades, permitem que o laço social se efetive e que o sujeito emergja. A fim de ilustrar esta temática com contornos práticos, serão utilizados dois casos do livro "A ralé brasileira" de Jessé Souza que fazem refletir sobre a construção de subjetividades a partir das instituições familiar e escolar.

Aluna: Maria Milagro de Jesus A. Garcia (**Mestrado**)

Título: Honduras: Transição política, justiça de transição e memória do passado traumático, em relação ao período 1980-1993.

Data da Defesa: 16/04/2018

Banca: José María Gómez (Orientador), Bethânia de Albuquerque Assy, Pedro Cláudio Cunha Brando Cunha.

Resumo: Coetânea às transições do Cone Sul, a transição política para a democracia em Honduras iniciou no ano 1980 com um conjunto de características singulares e atípicas que a distinguem do resto das transições do continente Latino-americano, visto que coincidiu com o período mais forte de violação dos direitos humanos, incluindo desaparecimentos força-

dos, assassinatos e repressão política de mais de uma centena de cidadãos pertencentes aos movimentos sociais de esquerda e de oposição política. Diante desses acontecimentos, a pergunta que subjaz é: como entender a relação entre os estudos e preceitos teóricos mais minimalistas da transição democrática e essa lacerante contradição histórica ocorrida em Honduras? Em razão desses questionamentos e dos fatos acontecidos durante a transição hondurenha, sob intensas lutas sociais, o dia 30 de agosto de cada ano é oficialmente reconhecido como o Dia Nacional dos Detidos-Desaparecidos, em que centenas de pessoas se reúnem para exigir ao Estado que forneça os espaços pertinentes para reconhecer que em Honduras houve desaparecidos, assassinados e torturados. Diante desses aspetos e características singulares, decorre a necessidade e o grande desafio de desenvolver a presente pesquisa referente à evolução da transição democrática e da memória em Honduras, relacionada ao passado traumático do período 1980-1993, visto que após mais de duas décadas da passagem das ditaduras militares e golpes de Estado para a transição democrática, preservem-se requisitos delatários em sua estrutura atual, social e institucional.

Aluno: Eduardo José Guedes Magrani (**Doutorado**)

Título: A Internet das Coisas: Privacidade e Ética na Era da Hiperconectividade

Data da Defesa: 17/04/2018

Banca: Caitlin Sampaio Mulholland (Orientadora), Carlos Affonso Pereira de Souza, Danilo Cesar Maganhoto Doneda, Gisele Guimaraes Cittadino e Sergio Vieira Branco Júnior.

Resumo: A interação contínua entre dispositivos inteligentes, sensores e pessoas aponta para o número crescente de dados que estão sendo produzidos, armazenados e processados, alterando, sob diversos aspectos e de forma crescente, nosso cotidiano. Por um lado, o contexto de hiperconectividade pode trazer benefícios econômicos ao Estado, a empresas, bem como comodidade aos consumidores. Por outro, a crescente conectividade traz desafios significativos nas esferas de proteção da privacidade e à ética contemporânea, impactando, em última instância, a própria democracia.

Este trabalho aborda, principalmente sob o ponto de vista regulatório, alguns destes desafios enfrentados pelo atual Estado de direito decorrentes do avanço do cenário denominado de Internet das Coisas.

Aluno: Andreu Wilson Pereira Leandro (**Mestrado**)

Título: Uma análise dos Efeitos Socioeconômicos do Regime de Recuperação Fiscal no Estado do Rio de Janeiro.

Data da Defesa: 20/04/2018

Banca: Ilié Antonio Pele (Orientador), Adriano Pilatti, Florian Fabian Hoffman e Ricardo Nery Falbo.

Resumo: A presente dissertação de mestrado tem como proposta analisar o fenômeno da desigualdade social, sobretudo aquela que aflige os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, problemas este tradicionalmente caracterizado como um fato social e transmutar tal aporia numa questão jurídica.

Para tanto, utiliza-se do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 e de sua previsão que veda a discriminação na fruição dos direitos objetos do referido pacto. Como efeito, a discriminação no desfrute desses direitos, mesmo que involuntária, é uma infração ao dever de não discriminação, dever este que é de aplicabilidade imediata e não sujeito a considerações de ordem orçamentária.

Posteriormente, é analisado o caráter neoliberal do Regime de Recuperação Fiscal ao qual aderiu o Estado do Rio de Janeiro, sendo pontuadas as repercussões deste regime excepcionalíssimo para o proveito dos direitos socioeconômicos e culturais numa situação de recrudescimento do conflito pelo dispêndio público.

Após, abordam-se exemplos de políticas implementadas de modo geral a assegurar a fruição dos direitos socioeconômicos e culturais, bem como de políticas para verificar se as políticas implementadas pelo Estado são ou não discriminatórias.

Por fim, é apresentada tanto uma sugestão de estrutura de verificação das políticas a serem implementadas em âmbito estadual quanto enumeradas iniciativas inovadoras em âmbito internacional que combinam baixo custo orçamentário para sua implementação e alto impacto sobre o público-alvo dos programas.

Aluna: Isabel Horowicz Kallmann (**Mestrado**)

Título: O Financiamento do Sistema Único de Saúde: um estudo crítico.

Data da Defesa: 24/04/2018

Banca: Florian Fabian Hoffman (Orientador), Elida Graziane Pinto, Letícia de Campos Velho Martel, José Ribas Vieira e Nádia de Araújo.

Resumo: O presente estudo parte da insistente indagação sobre os motivos da falência das redes públicas brasileiras de atenção à saúde. Apesar de instituído na Constituição da República de 1988 como um sistema público de saúde que se pretende de cobertura integral e acesso universal, o Sistema Único de Saúde (SUS), na prática, não avançou neste sentido. Pelo contrário, são enormes as desigualdades em saúde no Brasil. O objetivo deste estudo é demonstrar que uma das principais chaves para a superação desta adversidade se encontra na forma como as ações e serviços públicos de saúde no Brasil são financiadas. Afirma-se que o atual modelo de financiamento do SUS apresenta ineficiências e promove iniquidade. No primeiro capítulo são apresentados os aspectos do direito à saúde sob a ótica global, buscando traçar um panorama dos conceitos e tendências desta área do conhecimento. O segundo capítulo discute o conflito entre a infinidade das demandas de saúde e a escassez de recursos para supri-las, procurando destacar a importância do equilíbrio entre as dimensões da equidade e da eficiência durante o exercício da tarefa de alocação de recursos sanitários. O terceiro e o quarto capítulos tratam propriamente do financiamento do SUS. O terceiro capítulo se ocupa com o padrão dos gastos públicos, tornando evidente que os governos brasileiros historicamente se imiscuem da responsabilidade de promover o financiamento adequado das ações e serviços públicos de saúde. O quarto e último capítulo aborda um outro

aspecto problemático do financiamento do SUS, qual seja, a ausência de um pacto interfederativo que promova a colaboração mútua entre os entes federativos, situação que prejudica a harmonia do sistema.

Aluna: Daniella Fernandes Ferrari (**Mestrado**)

Título: Solidariedade em crise: uma reconstrução normativa à luz da alteridade e do paradigma do refugiado

Data da Defesa: 25/04/2018

Banca: Florian Fabian Hoffmann (Orientador), Bethânia de Albuquerque Assy, Márcia Nina Bernardes e Roberto Vilchez Yamato.

Resumo: A solidariedade enquanto um sentimento de união que se traduz em ações de cooperação social surge como um dos imperativos do século XXI, especialmente enquanto uma demanda atrelada ao caso dos refugiados. Na crise humanitária de migração em curso, apreendida no contexto global mais abrangente de ascensão da intolerância e do discurso anti-imigratório, aludiu-se a uma crise de solidariedade. Entendendo que a própria solidariedade está em crise, a presente pesquisa pretende explorar os contornos da solidariedade humana utilizando o arquétipo do refugiado como paradigmático, sobretudo em virtude do privilégio epistêmico que este representa enquanto contato necessário com a alteridade que se apresenta de maneira inadiável. Argumenta-se pelo resgate normativo da solidariedade através da alteridade, em lugar da semelhança, sendo tal consideração imprescindível para o revigoração do conceito em questão. Para tal, será apresentado um panorama geral sobre a solidariedade, em conexão com a figura do refugiado e a crise atual. Em seguida, se fará a exposição de algumas teses contemporâneas de solidariedade humana com base nas formulações de Judith Butler, explorando conceitos chaves como precariedade, luto e coabitação.

Aluna: Maria Luiza Brandão Moritz Atem (**Mestrado**)

Título: Os atos administrativos e o instituto da extradição à luz do caso Cesare Battisti

Data da Defesa: 09/05/2018

Banca: Florian Fabian Hoffmann (Orientador), Bethânia de Albuquerque Assy, Márcia Nina Bernardes e Roberto Vilchez Yamato.

Resumo: O caso Cesare Battisti ficou amplamente conhecido dentro e fora da esfera jurídica, tornando-se um caso de grande interesse público. Dentro do meio jurídico o caso despertou diversas questões, tais como a concessão de refúgio para criminosos condenados, a possibilidade de cassação da condição de refugiado e possibilidade de negativa do Chefe do Executivo de efetivar a extradição como uma decisão política e uma questão de soberania nacional. Ainda, o presente caso permanece suscitando questões, tendo o Supremo Tribunal Federal sido novamente provocado a se manifestar sobre a prescrição e a decadência do ato administrativo que negou a entrega de Cesare Battisti para as autoridades italianas e sobre a possibilidade de sua expulsão e deportação. A presente pesquisa pretende, com base em estudos doutrinários e na análise do caso de Cesare Battisti e dos julgados do Supremo Tribunal Federal sobre extradição, estudar a possibilidade de revogação do ato administrativo do Chefe do Executivo que decidiu pela não entrega de Cesare Battisti ao Estado Italiano.